

REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

LACTIMERCADOS SA

1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente regulamento da Lactimercados SA tem como âmbito de ação o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (RGPD – Regulamento nº 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho) e respeita as disposições legais nacionais e comunitárias e as deliberações da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Abrange o tratamento de dados de pessoas singulares, nomeadamente:

- Trabalhadores e quadros da empresa;
- Clientes e fornecedores;
- Formandos e formadores;
- Candidatos a emprego;
- Outros, quando aplicável.

2. DADOS PESSOAIS DOS TRABALHADORES E QUADROS DA EMPRESA

O tratamento dos dados pessoais dos trabalhadores e quadros da Lactimercados SA, no âmbito da relação jurídico-laboral, decorre do conteúdo contratual e das obrigações legais a cumprir perante entidades, como, por exemplo, a Segurança Social, a Autoridade Tributária e outras entidades oficiais.

O tratamento dos dados pessoais dos trabalhadores e outros quadros da empresa é reservado apenas ao responsável de tratamento de dados – ou seja, o responsável pelos Recursos Humanos em funções, o qual terá acesso limitado e justificado nos termos da Lei e que será garante da salvaguarda da confidencialidade dos dados.

Em qualquer momento o trabalhador poderá, a seu pedido, aceder aos seus dados protegidos e solicitar a sua alteração ou correção, caso haja erro ou incompletude.

Os trabalhadores gozam, em conformidade com a Lei, dos direitos de informação, acesso, retificação e oposição ao tratamento dos seus dados pessoais. Para o exercício desses direitos têm de apresentar, por escrito, o pedido ao responsável de Recursos Humanos da Lactimercados SA.

O tratamento dos dados clínicos dos trabalhadores e quadros da empresa obedece ao regime de tratamento de dados sensíveis e são, por isso, exclusivamente de acesso ao médico do

trabalho e ao responsável dos Recursos Humanos, tendo o trabalhador acesso aos mesmos desde que os solicite. Os trabalhadores e quadros da empresa podem nos termos legais exercer o direito ao esquecimento dos seus dados pessoais, exceto nos casos previstos para o cumprimento de obrigações legais.

Com a celebração do contrato de trabalho e durante toda a execução, o trabalhador dá o seu consentimento a que os seus dados pessoais, possam ser armazenados sob forma digital e física seguras, processados e acedidos nos termos prévia ou pontualmente especificados.

2.1 FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DOS TRABALHADORES E QUADROS DA EMPRESA

Os dados pessoais dos trabalhadores e quadros da empresa poderão ser recolhidos e tratados pela Lactimercados SA, desde que os mesmos tenham como propósito as seguintes ações:

- Gestão administrativa;
- Cálculo e pagamento de retribuições, prestações, despesas diversas e subsídios;
- Cálculo e retenção na fonte relativos a descontos na remuneração, obrigatórios ou facultativos, decorrentes de disposição legal;
- Execução de decisão ou sentença judicial, bem como, tratamento de pedidos formulados pelos trabalhadores;
- Tratamento dos outros assuntos relativos a retribuições, prestações, subsídios, seguros de saúde ou de vida;
- Processamento de certificados de formação pela entidade empregadora e/ou por entidades formadoras externas;
- Emissão de bilhetes de viagem, reservas de estadas, vistos e/ou documentos decorrentes da necessidade de viagens por parte do trabalhador, bem como, seguros associados às mesmas;
- Registos e controlo de assiduidade e ou de acessos;
- Cumprimento de obrigações legais no âmbito da segurança e saúde no trabalho.

2.2 CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS A RECOLHER

Para as finalidades supra descritas, a entidade poderá recolher e tratar os dados pessoais bem como o original e cópias dos respetivos documentos, nomeadamente:

- Dados de identificação;
- Situação familiar;
- Dados relativos à atividade profissional;
- Dados relativos a remunerações e retribuições;
- Outros dados necessários para o cumprimento do previsto no ponto anterior.

2.3 PRAZO DE CONSERVAÇÃO DE DADOS

Para efeitos de retribuições, prestações e regalias de trabalhadores e quadros da empresa, os dados podem ser conservados pelo período máximo previsto na Lei.

A nível da gestão administrativa, certificados de formação e documentos necessários à emissão de bilhetes de viagem e/ou vistos, os dados podem ser conservados por um período legal após a cessação do vínculo jurídico-laboral e demais obrigações contabilísticas e fiscais.

Para efeitos de pensões, previdência ou do pagamento de prestações complementares posteriores à cessação do vínculo jurídico-laboral, os dados estritamente necessários à prova da qualidade de trabalhador, tempo de serviço e evolução da remuneração poderão ser conservados pelos prazos legais por correspondência a cada finalidade.

O prazo dos dados poderá ser prolongado, por motivos de ação judicial, após a transferência dos dados às instituições judiciárias ou o trânsito em julgado da sentença.

2.4 DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS DOS TRABALHADORES E QUADROS DA EMPRESA

São destinatários dos dados pessoais de trabalhadores e quadros da empresa:

- Entidades a quem os dados devam ser comunicados por força de disposição legal ou a pedido do titular dos dados;
- Instituições financeiras que gerem as contas da entidade destinadas ao pagamento das remunerações e retribuições dos trabalhadores e outros quadros da empresa;
- Entidades gestoras de fundos de pensões ou do regime de Previdência;
- Companhias de seguros com quem é celebrado o contrato de seguro de acidentes de trabalho e/ou acidentes pessoais, bem como outro tipo de seguros se aplicáveis pela empresa aos trabalhadores e quadros da empresa;
- Entidades formadoras para a emissão de certificados de formação;
- Agências de viagem ou empresas de transportes para emissão de documentação necessária à realização de viagens;
- Unidades hoteleiras para efeitos de reserva de alojamento;
- Departamentos de contabilidade ou empresas externas prestadoras de serviços de contabilidade, para efeitos de processamento salarial ou de obrigações contabilísticas da empresa;
- Entidades auditoras (internas e externas) no âmbito dos processos de certificação;
- Entidades consultoras externas no âmbito da sua prestação de serviços de consultoria;

- Entidades que, no âmbito das avaliações de Medicina e Segurança no Trabalho, asseguram, a cada momento, o cumprimento dessas obrigações na empresa;
- Entidades que asseguram a gestão informática no tratamento de dados pessoais.
- Entidades externas (subcontratadas) a quem no âmbito do presente regulamento, sejam facultados os dados pessoais dos trabalhadores, ficam sujeitas em termos contratuais ao cumprimento das obrigações legais em matéria de proteção de dados que são imputadas ao responsável pelo tratamento de dados.

2.5 FOTOGRAFIA, FILMAGEM E GRAVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS DOS TRABALHADORES E QUADROS DA EMPRESA

É proibido fotografar, filmar ou proceder a qualquer tipo de gravação ou outro processo de cópia e/ou reprodução de documentos pessoais, sem o consentimento do titular dos dados, exceto nos casos previstos na Lei ou devidamente autorizados por entidade competente para o efeito.

3. DADOS PESSOAIS DE CLIENTES E FORNECEDORES

A Lactimercados SA recolhe, guarda e utiliza dados pessoais fornecidos por clientes e fornecedores, nos termos permitidos Lei e demais legislação aplicável, de forma adequada à execução da relação contratual com os mesmos e para utilização e faturação dos serviços.

Os clientes e fornecedores, no âmbito da relação comercial e contratual decorrente da prossecução da atividade, autorizam a introdução dos seus dados pessoais num ficheiro da empresa e a sua cessão pela mesma a entidades terceiras, localizadas na União Europeia, para o seu tratamento no âmbito da finalidade deste contrato, para fins de marketing, comerciais ou outros, inquéritos de satisfação de clientes e informação sobre os produtos e serviços da empresa.

Sem embargo, clientes e fornecedores deverão notificar a Lactimercados SA caso se verifiquem modificações nos dados pessoais que afetem a relação contratual e ou a faturação dos serviços.

Os dados necessários para a execução do contrato e ou faturação dos serviços poderão ser armazenados e utilizados pela Lactimercados SA, incluindo após o fim dos processos ou contratos, nos termos legais e até completar a faturação e ou obrigações legais decorrentes da relação comercial ou contratual.

4. DADOS PESSOAIS DE FORMANDOS E FORMADORES

O tratamento dos dados pessoais dos formandos e formadores decorre do conteúdo contratual e do cumprimento de obrigações legais, perante as entidades oficiais.

O tratamento dos dados pessoais de formandos e formadores, é reservado apenas ao responsável de tratamento de dados designado a cada momento e com acesso limitado devidamente justificados nos termos da Lei e em qualquer caso com salvaguarda da confidencialidade.

Em conformidade com a Lei, formandos e formadores gozam dos direitos de informação, acesso e oposição ao tratamento dos seus dados pessoais. Para o exercício desses direitos de acesso e/ou de oposição devem apresentar, por escrito, o pedido ao responsável do tratamento de dados da Lactimercados SA. Em qualquer momento, podem, a seu pedido, aceder aos seus dados protegidos e solicitar a sua alteração ou correção.

Os formandos e/ou formadores podem, nos termos legais, exercer o direito ao esquecimento dos seus dados pessoais, exceto nos casos previstos para o cumprimento de obrigações legais.

Com a celebração do contrato de formação e durante toda a sua execução, o formando e/ou formador consentem que os seus dados pessoais possam ser armazenados sob forma digital e ou física seguras, processados e acedidos nos termos prévia e pontualmente descritos.

Formandos e formadores estão abrangidos, em matéria de proteção de dados, pelo regime previsto neste regulamento para os trabalhadores e demais quadros da empresa, em termos de processamento de recolha, finalidade do tratamento, categoria de dados a recolher, prazo de conservação, destinatários dos dados, com as devidas adaptações e se aplicável.

5. DADOS PESSOAIS DE CANDIDATOS A EMPREGO

A Lactimercados SA garante a salvaguarda do direito à proteção dos dados dos candidatos a emprego, que sejam prestados voluntariamente e autorizados pelo titular dos dados, os quais serão tratados confidencialmente, nos termos da Lei.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS E OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A empresa ou organização que individualmente ou em conjunto com outra (subcontratada) determine as finalidades e os meios dos tratamentos dos dados é o responsável pelo tratamento e deve assegurar nomeadamente que:

- Os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não sejam posteriormente tratados de forma incompatível com as finalidades da recolha;
- Apenas são recolhidos os dados pessoais adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades de recolha;
- Os dados pessoais recolhidos são exatos e atualizados;
- Os dados pessoais apenas são conservados durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha/tratamento previstos na Lei;
- São disponibilizadas ao titular dos dados todas as informações relacionadas com o tratamento efetuado, concedendo-lhe o direito de acesso, retificação e eliminação dos seus dados, bem como a oposição ao seu tratamento nos termos da Lei;
- Os titulares dos dados podem requerer, junto do responsável do tratamento de dados, o exercício dos seus direitos;
- É obtido o consentimento do titular para o tratamento dos dados, nos casos em que tal é exigível;
- As pessoas autorizadas a aceder aos dados pessoais estão vinculadas ao dever de confidencialidade;
- Foram celebrados com as entidades subcontratadas em matéria de tratamento de dados pessoais, os respetivos contratos escritos de salvaguarda da confidencialidade e privacidade;
- Foram implementadas as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais, contra a destruição, acidental ou ilícita, a alteração, acesso não autorizado e divulgação e contra qualquer forma de tratamento ilícito;
- Se procede nos termos legais ao registo das atividades de tratamento de dados pessoais.

O presente regulamento entra em vigor a 20 de maio de 2018